

**PARA UMA TIPOLOGIA DA CONCORDÂNCIA SUJEITO-VERBO,
EM PORTUGUÊS FALADO:CONTRIBUTOS
DO PORTUGUÊS DE LUANDA E DE CABO VERDE**

TOWARDS A TYPOLOGY OF SUBJECT-VERB AGREEMENT IN
SPOKEN PORTUGUESE: CONTRIBUTIONS
FROM LUANDA'S AND CAPE VERDE'S PORTUGUESE

MARIA ANTÓNIA MOTA
Universidade de Lisboa
mar.mota@clul.ul.pt

No âmbito da pesquisa levada a cabo no quadro do projecto luso-brasileiro *Padrões de concordância em variedades africanas, brasileiras e europeias do português*¹ (doravante, referido como Projecto, apenas) foram já obtidos resultados importantes sobre a concordância entre sujeito e verbo, com base na análise de *corpora* orais de Português Europeu (PE), Português do Brasil (PB) e Português de S. Tomé (PST)². No presente artigo, consideram-se novos dados, de um *corpus* oral de Português de Luanda, Angola (ainda inédito³), a fim de alargar o conhecimento sobre as variedades do Português de África e de confirmar a validade dos factores linguísticos e extralinguísticos que se têm mostrado relevantes para explicar os padrões variantes de concordância. Tentando contribuir para uma reflexão sobre os limites da variação neste domínio, consideram-se também dados do Português de Cabo Verde.

Palavras-chave: concordância sujeito-verbo, factores linguísticos, factores extralinguísticos, variedades do Português, Luanda, Cabo Verde

The research carried out within the Luso-Brazilian project *Patterns of agreement in African, Brazilian and European varieties of Portuguese*¹ (henceforth referred to as Project) has obtained important results on the subject-verb agreement patterns in Portuguese, based on the analysis of oral corpus of European Portuguese (EP), Brazilian Portuguese (PB) and Portuguese of São Tomé (PST)². In this paper, we consider new data from a corpus of spoken Portuguese in Luanda, Angola³, to extend the knowledge about the varieties of Portuguese in Africa and to confirm the validity of the linguistic and extra-linguistic factors

¹ Projecto do Departamento de Letras Vernáculas da UFRJ e do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL), em parceria, subsidiado pela FCT (Portugal) e pela CAPES (Brasil) de 2008 a 2011. Após o termo do projecto, a equipa manteve-se e alargou-se a novos membros, agora e desde 2011, no quadro do Projecto ALFAL 21.

² Os dois primeiros *corpora* foram recolhidos no âmbito do referido Projecto: em Nova Iguaçu e Copacabana, relativamente ao PB, e em Oeiras, Cacém e Lisboa, no que respeita ao PE. Para o PE, foi ainda recolhido um corpus paralelo aos anteriores no Funchal (Ilha da Madeira). Os dados de S. Tomé foram disponibilizados pelo investigador Tjerk Hagemeijer, do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. Os dados usados, em algumas publicações da equipa, relativos a outras variedades têm origem no *Corpus África* (CLUL).

³ O *Corpus Luanda* foi recolhido por Afonso Miguel, com vista à sua dissertação de Doutoramento sobre a adaptação morfológica e fonológica de léxico banto ao Português falado em Luanda (Universidade de Lisboa, investigação em curso). As recolhas terminaram em 2014 e o seu autor disponibilizou o *corpus* para esta pesquisa.

that have been considered until now as relevant to explaining the variant agreement patterns. To contribute to a reflection on the limits of variation in this area, we also considered data from the Portuguese of Cape Verde.

Key-words: subject-verb agreement, linguistic factors, extra-linguistic factors, Portuguese varieties, Luanda, Cape Verde.

1. CONCORDÂNCIA SUJEITO-VERBO: RESULTADOS DO PROJECTO

Nesta secção, faz-se uma síntese dos padrões variantes de concordância encontrados em português L1 e L2, sem incluir ainda dados de Luanda e de Cabo Verde. Os padrões mais frequentemente atestados em todas as variedades analisadas do Português, no âmbito do Projecto e da sua extensão (ver notas 1, 2) serão comparados a seguir, na secção 2, com os resultados que o *Corpus Luanda* (ver nota 3) oferece e, complementarmente, com os dados recolhidos no *corpus* oral e escrito de Cabo Verde (ver nota 10). Pretende-se assim contribuir para uma avaliação da relevância relativa de factores linguísticos (morfo-sintácticos, fonológicos e semânticos) e extralinguísticos para a explicação desses padrões e ainda para o estabelecimento dos limites de aceitabilidade de padrões de concordância, em Português.

A constituição dos *corpora* orais utilizados, no seu conjunto, é a seguinte:

Faixa etária	Nível de instrução ⁴					
	1		2		3	
	H	M	H	M	H	M
A 18-35	6	6	6	6	6	6
B 36-55	6	6	6	6	6	6
C 56 >	6	6	6	6	6	6
Total: 108 informantes						

Tabela 1. *Corpora* usados no Projecto (PE, PB, PST)

Faixa etária	Nível de instrução					
	1		2		3	
	H	M	H	M	H	M
A 18-34	1	1	1	1	1	1
B 35-49	1	1	1	1	1	1
C 50 >	1	1	1	1	1	1
Total: 18 informantes						

Tabela 2. *Corpus Luanda* (PL)

Este *corpus*, apesar de basicamente paralelo a cada um dos anteriores, quando tomados isoladamente, apresenta ligeiras diferenças quanto à definição das faixas etárias, por condicionamentos de recolha. Considera-se que esses desvios são irrelevantes, para a comparação entre dados.

⁴ Nível 1: pouca ou nenhuma instrução formal; Nível 2: escolarização média; Nível 3: escolarização superior.

Até ao presente, todos os estudos realizados no âmbito do Projecto concluem que os padrões que se verificam maioritariamente em Português Europeu e nas produções de falantes cultos das restantes variedades estabelecem contrastes bastante claros com os atestados em variedades do português L2 ou em variedades de L1 não standard, nomeadamente do Português do Brasil. Concluem, ainda, que, apesar desse contraste, há factores linguísticos transversais actuando com grande impacto em variantes não canónicas (sendo a concordância canónica aquela associada aos falantes cultos da variedade standard de cada região do mundo onde se fala o Português). Por exemplo, é grande a importância dos factores sintácticos ‘ordem VS’, nomeadamente com verbos inacusativos, e ‘frase relativa’ ou ‘frase integrando *que*’, sendo assim esperável que em falantes de qualquer nível de escolarização de qualquer variedade ocorra um tipo de concordância ilustrada por dados como

- (1) portanto continua os tempos (...) (PE)
- (2) de quando em vez, aparece algumas oportunidades (PST)

e, relativamente ao segundo caso, por

- (3) nós éramos **duas colegas** QUE se dava lindamente (PE)

Contudo, exemplos como

- (4) **tu** não vai para funeral **tu** não está molhado (PST)
- (5) **você** saíste porquê? (PL)
- (6) a. **nós** já vivia até com um certo medo (PB)
- b. **nós** chama ele de pirão (PL)

ou ainda como *mas como você **crestece** na cidade...* (Moçambique, variedade aqui não analisada) não se atestam em PE, seja qual for o grau de instrução do falante. É assim outra conclusão a que se chegou a seguinte: em Português Europeu, o impacto do grau de escolarização é praticamente nulo. Contrastando com os precedentes, os exemplos (4-6), que não apresentam concordância canónica, isto é, em que não há compatibilidade de traços entre sujeito e verbo, encontram sem dúvida explicação na transmissão linguística irregular (*cf.* Baxter 1997, Lucchesi 2003, Lucchesi & Baxter 2009) com origem mais ou menos antiga, associada a um nível de escolarização baixo ou zero. Tal não significa que um caso como *tu PRON-2ª vai VERBO-3ª*, pela sua difusão na sociedade, não seja observável em indivíduos escolarizados em variedades não europeias, sobretudo em situações de fala corrente do quotidiano. Se a percentagem de ocorrências não canónicas e os respectivos pesos relativos são baixíssimos, muito pouco significativos, em PE, tal deve-se, segundo cremos, ao facto de que, em Portugal, não existe uma situação de contacto linguístico no território, intenso e continuado, desde há muito séculos. Poderia, contudo, supor-se que, em zonas fronteiriças a Norte e Leste, em que existem ainda hoje fortes relações sociais e trocas frequentes entre os dois lados da fronteira política⁵, pudessem ocorrer casos de algum modo paralelos aos ilustrados acima, no

⁵ Há, como é sabido, vários dialectos fronteiriços, testemunho de contactos muito antigos, entre variedades do Português e variedades do galego e do espanhol. Ver, por exemplo, Barros Ferreira, Manuela (coord.) (2010) *Língua e História na Fronteira Norte-Sul. Bibliografia*. Campo Arqueológico de Mértola. Acessível em <http://www.geolectos.com/livro.pdf>.

segundo grupo de exemplos. Mas também nessas zonas não há atestações desse tipo, tanto quanto sabemos, e esse facto não é surpreendente: como é óbvio, os resultados que decorrem do contacto entre o Português e línguas de outras famílias, como as bantas, em África (ainda hoje) e no Brasil (em séculos passados) dificilmente poderiam ser observados como resultado do contacto entre (variedades de) línguas tão aparentadas como o português e o galego/o espanhol. Dos trabalhos a que tivemos acesso, parece de facto possível concluir-se que as variáveis que condicionam a existência de padrões de concordância variantes nestas duas línguas são fundamentalmente coincidentes com os que actuam em PE. Assim, a tipologia das línguas em contacto, actual ou remoto, parece ser uma linha importante de pesquisa, como tem sido feito relativamente a alguns aspectos gramaticais das variedades do português de África (ver referências bibliográficas em <http://www.catedraportugues.uem.mz/>).

1.1. Padrões variantes de concordância

Neste texto, considera-se apenas o caso do sujeito de 3ª pessoa do plural (um sintagma nominal plural, 3ª pessoa por defeito, o pronome nominativo *eles* ou um sujeito nulo correferencial). É um facto que é a 3ª pessoa do plural que está em causa na maior parte dos casos atestados no Projecto.

Para uma visão alargada da questão da frequentemente chamada ‘não concordância’ ou ‘ausência de concordância’ interessa ter em conta trabalhos relevantes sobre a concordância noutras línguas, a qual passa por questões teóricas como o próprio conceito de concordância, os traços caracterizadores dos constituintes sintácticos detonador e alvo da concordância, assim como da possibilidade que a morfologia de cada língua tem de marcar explicitamente os marcadores da flexão de concordância (*cf.*, entre outros, Corbett 1998a, 1998b, 2006, Stump 1998). A variedade de possibilidades de concordância que existe nas línguas até hoje estudadas (*cf.*, por exemplo, Cysouw 2008) e o facto de todas essas possibilidades corresponderem a padrões regidos por regras e serem assim perfeitamente descritíveis constituem um apoio fundamental para se alterar a visão tradicional sobre os ‘défices de concordância’.

Assim, e a título de exemplo,

- muitas línguas apresentam médio a forte sincretismo nos paradigmas verbais e realização obrigatória, ou quase, do sujeito (Cysouw 2008), como acontece claramente em PB, contrastando com o PE e com variedades de África e é discutido em Duarte e Varejão (2013), publicação feita no âmbito do Projecto;
- a morfologia de concordância é o ‘prerequisito’ para a concordância sintáctica, mas a morfologia do alvo (o verbo) pode não ter possibilidade de realizar traços de concordância, em algumas línguas (Corbett 2006: 78);
- nas línguas bantas, existem prefixos nominais (marcação do valor de número à esquerda) e prefixos verbais (marcação à esquerda) no infinitivo – mas geralmente ausentes nas restantes formas verbais; nos crioulos atlânticos, o verbo não possui categorias de flexão.

Pode então pôr-se a hipótese de que os casos encontrados nos *corpora* em que existe ausência de partilha entre os traços do sujeito e os traços compatíveis no verbo (por exemplo, *eles* {*vai, traz, pode*}) configuram um padrão de concordância *singleton*. Ou seja, existe apenas uma marca explícita, quanto a Pessoa-Número, no pronome sujeito, como em [[*eles*]_{3ª PL} [*vai*]_{3ª SING}]_{3ª PL}, não retomada no verbo, cujo paradigma pode ser reduzido até duas células

diferenciadas, sendo apenas marcado o contraste entre 1ª pessoa do singular vs. todas as outras formas (cf. Duarte 1993, por exemplo), em determinadas gramáticas de sincretismo extremo. Estes padrões do Português podem aproximar-se do que acontece em línguas com morfologia pobre no verbo (sincretismo parcial a total entre os membros que, numa variedade com morfologia rica, se distinguem entre si, num paradigma verbal) e mesmo nas línguas Níger-Congo atlânticas/nos crioulos atlânticos de base lexical portuguesa. Com efeito, concretizada a marcação de Número na periferia esquerda do sintagma, a todo ele é atribuído esse mesmo valor.

Por outro lado, há a considerar que as categorias Pessoa e Número não são inerentes ao verbo (cf. Corbett 1998: 21), não são propriamente caracterizadoras desta classe lexical (diferentemente das categorias ‘classe temática’, de conjugação, e ‘Tempo-Modo-Aspecto’): nas línguas românicas, em que existem paradigmas verbais com células morfologicamente diferenciadas, são categorias de concordância com o sujeito, flexionais e, conseqüentemente, periféricas (e posicionadas na periferia direita, note-se). Pessoa é, por seu lado, e mesmo nos pronomes nominativos, uma categoria com alguma heterogeneidade interna (cf. Pessoa singular vs. *grupal*, não verdadeiramente plural, em *nós* e *vocês*, como defendido em Cysow 2008). Assim, no domínio do verbo, a marcação dos traços compatíveis com os do sujeito pode conhecer diferentes graus, conforme as gramáticas dos falantes (cf. Mota *et al.* 2012). Por exemplo, se existir apenas o contraste entre 1ª pessoa do singular vs. todas as outras formas do paradigma verbal, como acima referido, a tendência será para que todas essas formas se identifiquem com a 3ª pessoa do singular canónico (cf. *vai, traz, pode, lava*, por exemplo), que passa a funcionar como forma por defeito, como nos exemplos (4-6). Contudo, casos como os dos exemplos (5) e o de Português de Moçambique, incluído no corpo do texto, em 1., em que um sujeito pronominal de 3ª pessoa gramatical singular desencadeia concordância no alvo de 2ª pessoa gramatical singular no verbo não corresponde a uma gramática com sincretismo extensivo de todas as pessoas do verbo, excepto a 1ª. Pelo contrário, remete para uma reestruturação do paradigma pronominal, em que *tu* e *você* se identificam, constituem um bloco de formas de tratamento do interlocutor, o que conduz a reconhecer que a análise dos próprios paradigmas pronominais é um domínio importante, no quadro mais largo da concordância sujeito-verbo (cf. Mota *et al.* 2012). A concordância é um domínio que implica relações diversas entre traços de natureza diversa, no constituinte detonador da concordância e no constituinte seu alvo. Constitui contudo uma regra extensível a todas as variedades do Português, como mostram os casos mesmo mais fracamente marcados, morfologicamente: há sempre um ou outro indicador de concordância, o que permite fazer uma escala de padrões em que o que está em causa é a morfologia disponível para assegurar marcações explícitas (*overt*). Demonte, Fernández-Alcalde & Pérez-Jiménez (2011) propõem, sobre um determinado tipo de concordância em espanhol, que « the distinction between concord and index features » deve ser feita, para as explicar, o que vai no sentido do aqui defendido de que os padrões como [[eles]_{3ª PL} [lava]_{3ª SING}]]_{3ª PL} apresentam expoentes não canónicos no verbo mas que, lidos no domínio da construção em que se inserem, acabam tendo o valor requerido. Factores como estes podem conduzir a que exista concordância não visível (*covert*)⁶ no verbo, existindo, a nível do sintagma verbal, um constituinte de número *singleton*, diferentemente do que acontece na concordância dita canónica, em que existe redundância de marcação morfológica, ou seja, marcação visível (*overt*) no detonador da concordância e no seu alvo. Veja-se que, assim como existe esse padrão

⁶ Sobre estes conceitos (*overt* e *covert*) ver, por exemplo, Corbett 2006 e Alexiadou *et al.* 2007.

singleton no SV, também no SN ele é atestado nos nossos *corpora*⁷, o que permite compreender que se trata realmente de um fenómeno mais vasto, associado a uma gramática variante, em Português : comparem-se SN $[[os]_{+PL} [barco]_{-PL}]_{+PL}$ com SV $[[os\ barco, os\ barcos]_{+PL} [vai, traz, pode, \dots]_{-PL}]_{+PL}$; assim como no SN o valor [+plural] só é marcado uma vez, no SV ele só é explicitamente marcado no sujeito, quer apenas no determinante quer no determinante e no nome (numa versão canónica do sujeito, que também ocorre com verbo no singular).

Também factores de ordem morfofonológica estão implicados nos diferentes padrões que vêm sendo atestados (ver 1.1.1.).

1.1.1. Os padrões variantes de concordância: Síntese

Utilizando-se os resultados em Vieira & Bazenga 2013, que já sintetizam os obtidos em publicações anteriores (cf. Mota & Vieira 2008, Vieira 2011, Mota *et al.* 2012, Bazenga 2012, Brandão & Vieira 2012), listam-se nesta subsecção as variáveis consideradas fortemente relevantes para a identificação de diferentes padrões de concordância, em Português , usando exemplos de diferentes variedades⁸.

(i) Variáveis sintácticas e semânticas

- Ordem VS (posposição do sujeito), nomeadamente em construções inacusativas:

(7) aconteceu **casos engraçados** (cf. (1-2), acima)

- Construções relativas e clivadas (presença do elemento *que*) e subordinadas, em geral

(8) nós éramos **duas colegas** QUE se dava lindamente o que é uma coisa óptima que por vezes não acontecia (...) quando há **duas colegas** QUE se passeia na população (cf. (3), acima)

- Verbo *ser* (e, em menor grau, *estar*) em estruturas clivadas, topicalizadas, apresentacionais, impessoais, passivas:

(9) a. mas hoje em dia vê-se o contrário - é **os alunos** QUE levantam a mão aos professores

b. houve **crianças** QUE tinha mais dinheiro

- Sujeitos coordenados e complexos, em especial associados a ordem VS

(10) foi mandado encerrar **os postos escolares e as escolas**

Note-se que sujeitos complexos com expressões partitivas ou pseudopartitivas podem desencadear uma forma singular ou plural no alvo verbal (cf., por exemplo, *a maioria dos nossos vizinhos {é simpática, são simpáticos}*; *um grupo de jovens {participa, participam}* neste projecto), sendo ambos os padrões aceites como padronizados, em Português (cf. Peres & Mória 2003; para o Espanhol, cf. Demonte & Jiménez s/d).

Os sujeitos coordenados favorecem igualmente dois padrões, ambos considerados standard, como em *o limão e o açúcar {faz, fazem} uma boa combinação*.

- Retoma por sujeito nulo plural de um sujeito singular com interpretação colectiva/genérica:

⁷ Cf. Castro & Pratas 2006, que utilizam o conceito de *singleton*. Cf. Brandão 2011, 2013, Brandão & Vieira 2012, Vieira & Bazenga 2013, Mota *et al.* 2012, Mota 2013 – publicações no âmbito do Projecto.

⁸ Os exemplos dados são do PE e parte dos apresentados em Mota (2012).

(11) **a parte da família** do meu pai [*eles*] também são doutra religião

- Sujeito neutro nulo (do tipo *isso*), seguindo um tópico, frequentemente associado à presença de *ser* copulativo:

(12) *bonequinhos* [*isso*] era *figuras* de acção

O traço [+animado] do sujeito foi considerado importante relativamente ao PB e ao PST, quer em Vieira (2011) quer em Brandão & Vieira (2012), mas, tanto quanto pudemos apurar, não constitui um factor transversal a todas as variedades.

(ii) *Variáveis morfofonológicas*

Existe um factor tipicamente associado às formas verbais de 3ª pessoa do plural com grande impacto na concordância e que tem a ver com a estrutura fonológica dessas formas: -/vogal temáticaN/, em que /N/ representa um auto-segmento flutuante (na perspectiva da Fonologia Autosegmental; cf. Mateus & Andrade 2000) que não se realiza como consoante nasal mas que nasaliza a vogal anterior, originando-se posteriormente um ditongo fonético átono. Por exemplo, *lavam* corresponde a *lav/aN/*, com a saída fonética *lav[ẽ]*; a *podem* correspondem *pod/eN/*, *pod[ẽ]*. Em variedades dialectais do Português Europeu, /N/ pode nasalizar a vogal anterior sem que se desenvolva um ditongo (*lav[ẽ]*, *pod[ẽ]*, por exemplo) ou pode não a nasalizar; neste último caso, a forma do verbo torna-se idêntica à correspondente singular, *lav[v]*, *pod[i]*, em vogal oral átona, ocorrendo sincretismo formal (cf. Mota *et al.* 2012, Mota 2013). Embora este tipo de fenómeno seja em geral associado ao não standard, a variedades geográficas mais rurais e a falantes pouco escolarizados, o facto é que em qualquer variedade e na produção de qualquer tipo de falante este fenómeno pode ocorrer, não só em PE mas nas restantes variedades não europeias (sendo certo que as percentagens serão diversas, conforme os perfis dos informantes). Assim, retomando os exemplos (1-3), acima, poderá pôr-se a hipótese de que estes ilustram o referido fenómeno. Contudo, observando produções de falantes do PE standard e do não standard dialectal, constata-se que, nas segundas variedades, formas verbais de 3ª pessoa do plural em vogal oral átona, idênticas a formas do singular de 3ª pessoa, ocorrem em qualquer tipo de construção, enquanto nos falantes do primeiro tipo as ocorrências são claramente associadas a fenómenos sintácticos, como já brevemente assinalado em 1. Ou seja, este fenómeno fonológico facilita o sincretismo entre singular e plural de 3ª pessoa, mas não explica por si só todos os casos.

Por outro lado, a chamada ‘saliência fónica’ (cf. Scherre e Naro 1998), que diz respeito à diferença fonética entre as formas verbais de singular e de plural da 3ª pessoa verbal, não constitui, no quadro das conclusões do nosso Projecto, uma variável validada como tendo forte impacto para todas as variedades do Português. Essa variável baseia-se numa escala de diferenciação fonética, sendo a hipótese de que quanto mais diferenciadas são as formas de realização mais previsível é que haja compatibilidade de traços entre sujeito e verbo. Contudo, e talvez porque por detrás das formas fonéticas estão formas abstractas e operações sobre elas, entendemos que o sincretismo assumido pela forma *lava*, por exemplo, correspondendo a *lava* e *lavam* (que ocupam o nível 1 da escala de saliência, o menos marcado) pode ser explicado pelo fenómeno associado a /N/, brevemente descrito acima, assim como os casos de grau 2 (*bateu* ≡ *bateu* e *bateram*; *está* ≡ *está* e *estão*). Os restantes casos de grau 2 (*veio* ≡ *veio* e *vieram*, *é* ≡ *é* e *são*) poderão ser explicados, também e para além da questão da saliência fónica, pela redução

dos paradigmas verbais (sincretismo) e pela reorganização dos paradigmas pronominais (objectos de redução, de uma relação complexa entre formas gramaticais e formas de tratamento, tendo uma natureza igualmente complexa em termos de relação singular-plural/grupal) e por questões sintáctico-semânticas.

(iii) *Variável associada ao processamento*

A distância entre sujeito e verbo favorece, por vezes, a selecção de uma forma verbal singular, mesmo quando o sujeito plural desencadeia concordância canónica na sua primeira ocorrência:

- (13) a. são situações que nós encontramos [várias palavras aqui cortadas] que também contribui para o desemprego
 b. essas relações entre a classe médica e as associações de doentes ficou bem *estabelecida* _{+SING}, ficou clara _{+SING}?⁹

2. INTRODUZINDO OS DADOS DE PORTUGUÊS DE LUANDA

Passemos, antes de considerar em particular as informações fornecidas pelo *Corpus PL*, à Tabela 3, que sintetiza os resultados globais de concordância sem marcação visível (de concordância não canónica), em quatro variedades nacionais do Português. Sendo os dados utilizados o resultado dos estudos feitos no quadro do Projecto, de outros membros da equipa e de mim própria, dispenso-me de indicar sistematicamente a sua origem exacta, remetendo para os textos incluídos na secção 1 das Referências bibliográficas.

Variedade		Total dados	Dados/Variedade			
L1	PE	3.566	13/1.467 9/1.185 48/914	Oeiras/Lisboa	0,9%	residual
				Cacém	0,8%	
				Funchal	5,3%	
	PST	737	58/737	7,9%		↓
	PB	2.760	166/1.395 98/1.365	Copacabana	11,9%	
Nova Iguaçu				21,8%		
L1/L2	PL	1.647	49/1.647	2,97%		± residual

Tabela 3. Ausência de marcas de concordância explícitas (oral, 4 variedades)

Na Tabela 3, a cidade do Funchal (Madeira, Portugal) foi incluída (embora não haja uma comunidade equivalente, em termos geográficos e sociológicos, para o PB, nos estudos do Projecto) por ser um exemplo particularmente interessante. Sendo confirmado, no âmbito do Projecto, que o PE apresenta concordância quase categórica e mostrando alguns estudos feitos

⁹ Este exemplo não faz parte dos *corpora* do Projecto mas é aqui incluído pela sua clareza e por ser produzido por um jornalista da rádio portuguesa, com nível superior de escolarização e alto grau de formação profissional.

por alunos meus, da Faculdade de Letras de Lisboa, não publicados, que tal acontece mesmo em regiões rurais, marcadas por traços dialectais, é importante analisar casos como o do Funchal, a fim de se testarem os factores condicionantes deste resultado surpreendente, no âmbito do PE: os seus 5,3% estão mais próximos dos valores de PST do que das restantes cidades portuguesas.

Na mesma Tabela, está feita a separação entre Português L1 e L2; obviamente, os falantes do Funchal têm esta língua como L1, não existindo, no presente, transmissão linguística irregular nem contacto de línguas; contudo, e avançando desde já uma das conclusões mais seguras dos nossos estudos, confirmada por muitos outros trabalhos, o grau de escolarização tem um peso muito relevante nesta cidade. Mas mais do que isso, o peso do contexto específico de formação da variedade do Funchal (e da Madeira, em geral) é com certeza uma chave explicativa desta excepcionalidade, dentro do PE. De facto, a Madeira e o seu principal centro urbano, em particular, foram povoados com pessoas de Portugal continental (sobretudo de Entre Douro e Minho (55%), mas também do Algarve e de outras regiões, que deixaram traços dialectais ainda hoje visíveis), mas, como no Brasil e nas ex-colónias de África, foi importantíssima a presença de muitos outros grupos, falantes de outras línguas não europeias. Assim, no fim do séc. XV, Funchal estava nos circuitos comerciais com o Mediterrâneo e o Norte da Europa, devido ao cultivo extensivo da cana de açúcar e porque era uma placa giratória de comércio de escravos. Daí, como explicam os historiadores, nesse século do povoamento da ilha (pouco anterior ao achamento do Brasil e contemporâneo da implantação de postos portugueses na costa de África), foi maciça a presença de comerciantes europeus (florentinos, genoveses, flamengos, espanhóis, franceses, bretões, galegos e cristãos novos) e de cerca de 2.000 escravos residentes, vindos da costa ocidental de África mas sobretudo do Norte de África, assim como de muitos guanches, das Canárias. A população europeia do Funchal (incluindo não portugueses) é estimada, para essa época, em cerca de 15 a 18.000 habitantes (263.091 seria o total de habitantes da ilha). Análises recentes do DNA (*cf.* Spínola *et al.* 2002, entre outros) revelam haver, ainda hoje, uma altíssima diversidade genética na ilha, sendo clara a relação com o DNA subsariano e sobretudo com o do Norte de África (seguido do espanhol e do dos actuais canários, descendentes dos guanches, povo esse vindo também do Magrebe para as Canárias). Nos sécs. XVII e XVIII, a presença inglesa é forte e, nos sécs. XVIII e XIX, o comércio com a América do Norte é muito forte, com muitos comerciantes estrangeiros a instalarem-se no Funchal (*cf.* Ribeiro 1993).

Assim, o Funchal configura uma situação de contacto linguístico intenso, na época da sua fundação e durante largo período, sendo muito provavelmente marcado por uma transmissão linguística irregular nessas fases iniciais. Esse facto está previsivelmente na origem de uma variedade diferenciada da continental (*cf.* Andrade 1993, sobre particularidades de fonética e fonologia funchalenses). Funchal é geograficamente afastado do continente, periférico, com uma população que foi sempre pequena (em 1864, havia menos habitantes do que no séc. XV, e até 1920 não chegava a 20.000 habitantes, tendo havido um grande aumento de 1981 para 1991 (*cf.* INE, 2001); hoje, não chega a 112.000 habitantes, havendo uma forte emigração para a Venezuela e outros países da América Latina e, logo, um contacto mais ou menos passivo com o Espanhol dessas zonas.

Este conjunto de factores terá consequências linguísticas e serve para introduzir a questão da relevância do contacto linguístico, do tipo de contexto de aquisição do Português, da eventual diferença que o Português como L1 de falantes monolíngues ou bi/multilíngues apresenta, em termos de traços ou de parâmetros produto do contacto, já estabilizados ou ainda em processo de estabilização e com eventual extensão a grupos mais alargados da sociedade.

Também indicia a importância da datação desse contacto (antigo e findo, ou actual e ainda da expansão).

2.1. Luanda: variável L1 vs. L2 e variáveis extralinguísticas

Os resultados do Projecto indicam claramente, na sua globalidade, que o enquadramento da formação e da nativização das diferentes variedades das ex-colónias são muito significativos e que seria fundamental haver mais ligação entre investigação linguística e histórica, relativamente aos primeiros tempos da colonização. Seria necessário recolher informação mais segura – as instituições que poderiam fornecer indicadores populacionais, de escolarização, de uso das línguas pelos bi/multilingues não satisfazem todas as nossas questões – e criar grupos multidisciplinares, nomeadamente incluindo historiadores, antropólogos e sociólogos.

Voltando à Tabela 3, e comentando o caso do PST: os informantes são-tomenses afirmam, nas entrevistas, que têm o Português como L1, e dados recentes indicam que os jovens usam sobretudo o Português; contudo, são, maioritariamente ou na sua totalidade, bilingues ou mesmo multilingues. Em S. Tomé, houve duas fases: a chamada ‘de habitação’, no séc. XV-início do XVI, com colonos portugueses e deslocados africanos, sobretudo das regiões do Delta do Níger, e a fase ‘de plantação’ (1515 – 1600), com chegada de escravos, para as plantações, dos reinos de Congo, Angola, Bailundo e Moçambique. S. Tomé foi entreposto de escravos, o que favoreceu a confluência de indivíduos de várias origens linguísticas. Posteriormente, recrutou em grande escala serviçais conhecidos por “tongas”, provenientes sobretudo de Angola, Moçambique e Cabo Verde. Note-se que se estima que, em S. Tomé, os Crioulos forro e angolar são falados por 99% e 73% da população, respectivamente, e que se pode considerar haver multilinguismo social, incluindo também o Português (*cf.*, por exemplo, Hagemeijer 2009 e s/d; Lopes 2011). A percentagem de concordância não canónica situa o PST entre o Português do Funchal e o PB, com Copacabana mais próxima do que Nova Iguaçu.

Ainda na Tabela 3, surpreende o resultado percentual de concordância não marcada morfológicamente do PL, que se aproxima do PE continental central e se afasta do Português de S. Tomé (e do do Funchal): os 18 informantes deste *corpus* repartem-se entre monolingues em Português (sendo que 4/18 não tem contacto com línguas bantas e outros 4 têm contacto e algum conhecimento passivo de línguas bantas) e falantes de Português como L2 (10/18, sendo bi/multilingues).

Luanda é também um espaço de multilinguismo social, sendo várias as línguas Níger-Congo faladas pela população. Para Angola, durante a guerra colonial alimentada pelo dirigente português Salazar, foram milhares de militares portugueses, muitos com as suas famílias; a presença de colonos portugueses era já muito forte, antes da guerra, estando a aumentar desde há alguns anos para cá, nomeadamente com muitos quadros superiores.

Veja-se a seguinte informação, sobre a presença portuguesa em Angola, que indicia maior *input* de PE na segunda metade do séc. XX:

Ano	Número	Ano	Número
1845	1.832	1960	172.529
1900	9.198	1970	290.000*
1920	20.200	1974	335.000*
1950	78.286		* estimativa

Tabela 4. Fonte: Manoel, <http://rubelluspetrinus.com.sapo.pt/angola-h.htm>

Segundo o Observatório da Imigração, as fontes consulares indicam o seguinte: em 1974-76 (período da independência), saíram 300 mil portugueses de Angola, mas entraram 25 a 30.000 em 2012, sendo o total de residentes nesse ano de 114.000 portugueses; nos últimos dez anos, imigram para Angola entre 10 e 15.000 portugueses por ano, sobretudo para Luanda, havendo assim reforço do *input* do PE.

Posteriormente à descolonização, a migração de angolanos do interior para a cidade de Luanda, sobretudo durante a longa recente guerra civil, tornou-a uma babel, factor que favorece a hegemonia do Português. Mas essas razões, por si só, explicarão cabalmente a proximidade do PL com o PE, considerando-se que essa proximidade é visível nos informantes das três faixas etárias e dos três níveis de instrução, apesar das diferenças que apresentam entre si? Provavelmente, factores sociológicos e de representação da ‘correção linguística’ terão de ser considerados, como seja o facto de a norma idealizada ser a do Português Europeu. Por outro lado, o Português tem de facto fundamental importância social: não há uma língua comum que não seja esta; apesar de a presença de portugueses ser fraca até meados do séc. XX e até então tradicionalmente virada para o comércio de escravos e para a exploração agrícola, o governo colonial, no séc. XX, quando o número de escolas era ainda diminuto, exigia que, para serem considerados “integrados”, os angolanos fizessem prova de dominar o Português, numa tentativa de segurar a colónia. Mas, na altura da independência (1975), o Português era ainda usado por uma baixa percentagem de falantes.

A seguir, na Tabela 5, mostra-se a situação que o Corpus Luanda revela, em mais pormenor.

PL	Tipo de informante	Não marcação		Faixa Etária	Escola-ridade	Média de resultados
Português L1	Monolingue	2/34	5,88%	A	1	6/670 0,90%
		1/85	1,2%	A	2	
		3/393 0/158	1,27% 0%	A B	3	
	Monolingue Passivo línguas bantas	3/59 2/41	5% 4,87%	A C	1	5/100 5%
	Bi/multilingue línguas bantas	4/205	1,95%	B	2	4/205 1,95%
Português L2	Bi/multilingue línguas bantas	10/165 2/33	6% 6%	B C	1	33/672 4,9%
		7/186	3,76%	B	2	
		8/152 6/136	5,26% 4,40%	B C	3	
		Tot. 48/1.647				

Tabela 5. Português de Luanda (18 inf.): ausência de marcas de concordância explícitas, em PL-L1 e PL-L2

Verifica-se que os valores mais elevados dos monolingues com ou sem conhecimento passivo de línguas bantas correspondem a casos de 3ª pessoa do plural sem ditongo, em frases simples e em relativas, como atestado em PE e nos standards de outras variedades nacionais (ver acima). Na verdade, são parte dos parâmetros considerados previsivelmente relevantes em qualquer tipo de falante (*cf.* 1.1.1. Variáveis sintáticas e semânticas e Variáveis morfo-fonológicas). Apesar de esta percentagem poder ser considerada mediamente significativa, fica clara a diferença entre L1 e L2, mas também, juntando os dois tipos de falantes, fica evidente que se obtém uma média baixíssima de não marcação visível, a cruzar, para hipóteses de explicação, com variáveis extralinguísticas, decorrentes das situações sociolinguísticas acima comentadas:

PL	Não marcação		Média dos resultados
Português L1	15/975	1,53%	49/1.647 2,97%
Português L2	33/672	4,9%	

Tabela 6. Português de Luanda: valores médios de ausência de marcação explícita de concordância

Relacionam-se, a seguir, os factores faixa etária e nível de instrução nos falantes de Luanda da faixa A, a mais jovem, com Português como L1. Visa-se fazer um pequeno exercício: testar o peso desse cruzamento e prever se, no futuro, será muito relevante a influência da elite culta na definição de uma norma do PL:

Faixa etária x Nível de instrução			
Faixa	1	2	3
A	2/34: 5,88%	1/85: 1,2%	3/393: 1,27%

Tabela 7. Português de Luanda, informantes com Português L1: Faixa etária x Nível de instrução

Conclui-se que, do Nível 1 (menor escolarização) para os 2-3, há de facto uma distância sensível, mas estes dois últimos mostram um diferencial irrelevante entre si, pelo que as classes média e média-alta (as que têm acesso ao ensino ou a um ensino mais prolongado) terão em conjunto esse papel na sociedade – apesar de, aqui, estarmos no domínio da especulação, a partir de 6 informantes, apenas. Podemos ainda acrescentar que o *Corpus Luanda* evidencia que os informantes (cuja selecção foi aleatória, quanto ao factor ‘língua 1’) que têm o Português como língua segunda são os mais velhos, das faixas etárias B e C, cujo papel em termos de futuro será evidentemente menor.

2.2. Luanda: variáveis linguísticas

A seguir, dão-se alguns exemplos do *Corpus Luanda*. Estes revelam que se confirmam nesta variedade os factores linguísticos mais fortemente condicionantes de padrões não canónicos, em Português em geral, sumariamente indicados e ilustrados em 1.1.1, constituindo

48 casos em 1.647 ocorrências de contextos em que se esperaria uma forma morfológica de 3ª pessoa plural verbal, como indicado na Tabela 5:

Tipo de variáveis linguísticas	Nº oco.	Tipo de informantes
[+sing] -/vogal/ vs. [-sing] -/vogalN/ (i) sem condicionamento ▪ há já carros de madeira - agora carrega quase meia tonelada	21	L2 (67%) > L1 passivo bantas > L1 monolíngues
(ii) em relativa, completiva ▪ aquelas regalias que pode dar	3	
(iii) em subordinadas ▪ os pais têm que ter muito cuidado para quando eh estiver com o jovem e tentar entender o jovem (...)	3	L2 > L1 bi/multilíngues
ORDEM VS ▪ está quase todos	5	L2 > L1 monolíngues
V. INACUSATIVOS ▪ existe algumas associações ▪ aparece alunos - estudantes	8	L2 > L1 passivo bantas > L1 monolíngues
[isso] SER em definições ▪ calundus [isso] é aquela pessoa que (...)	5	L2 > L1 monolíngues
SER (i) em relativa (+ V. passivo) ▪ são uns bichos QUE é apanhado nas árvores	2	L2
(ii) em pseudo-clivada ▪ QUEM vai dar cabo dos rebuçados é só os ratos em casa	1	

Tabela 8. Português de Luanda - Exemplificação

As linhas ponteadas indicam haver relações entre as células separadas por elas. Os exemplos, em alguns casos, devem ser lidos tendo em conta que o fenómeno assinalado está associado ou dependente de algum outro, razão pela qual se usam alíneas com identificação do contexto sintático.

A primeira observação que se impõe diz respeito à proeminência da variável fonológica comentada em 1.1.1.: a oposição entre /vogal átona final/ e /vogal temática N/ final, correspondente a [+sing] vs. [-sing] na 3ª pessoa verbal. O exemplo em (iii), nesse primeiro grupo, apresenta a particularidade de se tratar de futuros do conjuntivo, em que a oposição se concretiza, no standard, entre -/r/ e -/r vogalN/ (isto é, *estiver – estiverem, tentar – tentarem*), o que os diferenciam um pouco dos anteriores, sem que no entanto deixe de estar implicada a relação precedente (na perspectiva de Scherre & Naro 1998, é um caso de saliência fónica de nível diferente e mais complexo dos indicados em (i) e (ii)).

Paralelamente, verifica-se claramente que os casos de concordância não canónica ocorrem sempre em maior número em informantes com Português L2, seguindo-se os bi/multilíngues ou aqueles com conhecimento passivo de línguas bantas; sendo os totais de ocorrências em tão pequeno número, não se justifica fazer uma contabilização percentual, sendo suficiente a

informação contida na coluna três da Tabela, mas note-se em particular os 67% associados a falantes de Português L2 na primeira linha dessa coluna.

Comparando estes resultados com os presentes em Vieira & Bazenga 2013, relativos ao PE, PB e PST, é evidente o paralelismo. Na Tabela seguinte, tomam-se desse estudo as variáveis que se mostraram importantes, acrescentando-se ‘PL’ às três anteriores variedades, na coluna da direita, sempre que os dados obtidos nas produções dos 18 informantes de Luanda mostrarem que a variável em causa (inscrita na coluna da esquerda) é também relevante. Tal permite-nos afirmar que, considerada agora uma nova variedade ainda não analisada nos trabalhos anteriores do Projecto, é também possível definir com um grau elevado de confiança a tipologia dos padrões de concordância em Português como um todo e os seus limites:

Variáveis linguísticas e extralinguísticas (ordenado por presença do PL)	Variedades do Português
Nível de instrução	PB, PST, PL
Sexo / Idade	PB-Copacabana, PST / PB-Copacabana, PL
Bi/multilinguismo / L1 vs. L2	PST, PL / PL
Saliência fónica ou oposição vogal/vogalN	PB (Nível 1 > 2 > 3-4), fracamente PL (Nível 2) PE, PST, PL (Nível 1): cf. -/vogal/[₊ SING] vs. -/vogalN/[₋ SING]
Posição do sujeito (Ordem VS)	PE-zona Lisboa (9,5%) > PE-Funchal, PB, PST, PL
Verbo inacusativo, copulativo, existencial	PB, PE-zona Lisboa > PE-Funchal, PL
Animacidade do sujeito ([- animado])	PE-zona Lisboa (3,3%) > PE-Funchal (17,9%), PB (78%), PST (83,2%)
Paralelismo discursivo e frásico	PB, PST

Tabela 9. Variáveis actuaentes nos padrões de concordância: síntese inspirada em Vieira & Bazenga 2013 (relativa ao PE, PB e PST) e incluindo PL

Note-se que outras variáveis são comentadas no artigo referido, como a existência de um tópicos seguido de expletivo neutro nulo [*isso*] e de verbo, as relativas e fenómenos de sândi externo (sempre que uma 3ª pessoa do plural requerida pela concordância canónica é seguida por uma palavra iniciada por consoante nasal, Vieira & Bazenga 2013 consideram, com razão, que a nasalidade da forma verbal pode ficar dificilmente reconhecível; cf. *levam mais tempo*, por exemplo). Mas as constantes na Tabela 9 são aquelas sobre as quais podemos comparar as três variedades do estudo com o PL, de forma mais sistematizada.

3. INTRODUZINDO OS DADOS DE PORTUGUÊS DE CABO VERDE

Estes dados, orais e escritos, têm como fonte um *corpus* recolhido em 2005-06¹⁰ cuja estrutura não é comparável à dos anteriores. O facto de os informantes não corresponderem a um perfil totalmente compatível com o dos restantes (são apenas falantes com escolarização média-alta e alta) e o facto de agora se considerar também produção escrita leva a que estes dados sejam tomados como subsídios complementares. A sua utilização justifica-se pelo facto de que determinar as variáveis linguísticas independentes que são relevantes nas gramáticas dos falantes de nível de instrução superior, nas variedades de África, auxilia à necessária definição dos standards nacionais, nativizados. Para esse contributo, interessa em particular considerar as produções de falantes mais jovens, em fase inicial de vida activa, os quais constituirão os modelos da variedade standard do futuro próximo. Nesse sentido, foram isolados os resultados obtidos junto de falantes com aquele perfil no Português de Cabo-Verde. Como alguns investigadores desse país referem, há toda a conveniência em que a planificação e a política linguísticas sejam aprofundadas, o que supõe, entre outros aspectos, assumir standards reconhecidos pela comunidade como o seu *we-code* (Gumperz 1982). Dado que os *corpora* orais, por mais vastos que sejam, apresentam sempre limitações, são aqui utilizados, também, dados complementares de Português escrito, pelos mesmos informantes de Cabo Verde, no âmbito desta segunda vertente de reflexão. Sendo o acto de escrever mais auto-policado e não sujeito a questões de processamento implicadas na fala espontânea, estes dados podem ajudar à delimitação dos padrões mais fortemente interiorizados em falantes cultos.

Assim, e relembrando a pequena incursão nesse domínio, representada na Tabela 7, a questão que se pode colocar é a seguinte: como se comportam, quanto à concordância, os falantes de Nível 3 (superior) de escolaridade? Uma breve análise de dados de PST, PL e PCV (concretamente, da Cidade da Praia, capital de Cabo Verde) dá o seguinte resultado:

Nível 3	PST	PL	PCV
Português L1	7/279 (2,5%)	3/393 (0,76%)	27/9.444 (0,28%)
Português L2	—	14/288 (4,86%)	—

Tabela 10. PST, PL, PCV: Nível 3 de instrução x concordância não canónica

Todos os 14 informantes considerados do *corpus* da Praia (*cf.* Lopes 2011) são professores de Português, bilingues Português-Crioulo de Cabo Verde, assim como todos os são-tomense(s) do corpus PST são bi/multilingues Português-Crioulo(s) são-tomenses. Assim, a eles não se aplica o conceito de ‘Português como L2’ que tipifica alguns dos informantes de Luanda que, de facto, falaram apenas uma língua banta na infância. Esse facto tem impacto na concordância, mesmo nos falantes mais instruídos, como mostra a Tabela acima. Relativamente aos informantes de PST, o uso médio do Crioulo corresponde a 3/157 (1,9%) e o uso baixo, a 4/142 (2,81%), de acordo com Vieira & Bazenga 2013.

¹⁰ Este *corpus* foi recolhido por Amália Maria de Melo Lopes, Professora da Universidade de Cabo Verde, para a sua tese de Doutoramento *As línguas de Cabo Verde: uma radiografia sociolinguística* (Universidade de Lisboa, 2011). Acessível em <http://repositorio.ul.pt/>.

Se se confrontarem estes resultados inscritos na Tabela 10 com os totais apresentados nos *corpora* de PST e de PL, torna-se óbvio que, exceptuando os falantes de PL de Nível 3 mas com Português como L2, as diferenças são salientes. Assim, vejam-se os totais, para contraste, em contextos em que se preveria uma 3ª pessoa do plural, no verbo: PST 7,90% (3 Níveis) contra 2,5% (Nível 3); PL 2,97% (3 Níveis) contra 0,76%. Em PCV, não se analisaram falantes de outros níveis de escolaridade, pelo que o contraste não se aplica, mas a percentagem obtida, de 0,28%, indica que esta é a variedade em que a concordância está mais próxima da tida como canónica, seguindo-se Luanda e S. Tomé.

Este padrão canónico é, em Cabo Verde, um alvo a atingir pelos falantes cultos, como Lopes 2011 refere. Os cabo-verdianos são em geral críticos relativamente a reconhecer um standard de Português cabo-verdiano que se afaste muito do europeu. Os entrevistados por Lopes, em 2005-06, afirmam sentirem-se destabilizados e preocupados pelos ‘erros’ que cometem em Português e, curiosamente, referem como erros mais frequentes a ‘falta de concordância’ e a selecção de indicativo por conjuntivo. Ora eles são bilingues, o Português, como explicitamente o reconhecem, é também o seu *we-code*, a par do Crioulo, e esse tipo de insegurança não deveria ter lugar, só se explicando por uma dependência subjectiva do standard do PE.

4. CONCLUINDO

Ao longo deste texto, foram sendo avançadas conclusões, que aqui se reúnem, de forma sintética, destacando o contributo dos dados de Luanda para uma tentativa de definição dos limites da variação quanto ao fenómeno em estudo. Assim, e com vista a uma avaliação mais alargada dos padrões de concordância sujeito-verbo possíveis em Português e mais frequentemente atestados, a inclusão de dados de Luanda permitiu estabelecer confrontos com dados dos *corpora* anteriormente analisados (de PE, PB e PST), validar resultados e abrir outras vias de exploração.

Quanto a factores linguísticos pesando em padrões de concordância não canónica, confirma-se a importância dos sintácticos elencados em 1.1.1. (ver Tabela 8 sobre o PL e Tabela 9 sobre as quatro variedades em comparação), verificando-se igualmente que a estrutura fonológica da 3ª pessoa do plural (/vogal temáticaN/) constitui o elemento mais fortemente relevante, em articulação com os precedentes: como comentado a seguir à Tabela 5, os valores de concordância não canónica dos falantes de Luanda decorre essencialmente desses factores e os valores aproximam-se muito dos dos falantes de PE continental.

Tal como evidencia a Tabela 9, e comparando Luanda com os restantes *corpora*, o traço ‘animacidade do sujeito’ tem impacto nulo em PL (e muito fraco em PE continental) e o traço ‘paralelismo discursivo e frásico’ não afecta nem o PL nem o PE: em conjunto, esses traços aproximam estas duas variedades, de novo.

A percentagem de casos de concordância *singleton* (exemplificada em (4) a (6)) é muito pequena em Luanda e está associada a falantes com pouca ou nenhuma instrução formal e com Português como L2. Relativamente a esse tipo de concordância (que poderá ter a ver com uma reanálise/reestruturação do paradigma pronominal, questão a explorar), põe-se a hipótese de decorrer do contacto com línguas Níger-Congo (de forma comparável com a situação de S. Tomé), em que as marcações morfológicas de Número são feitas na periferia esquerda das

palavras e fracas ou inexistentes no verbo, o que contrasta com a posição direita de marcação, morfologicamente rica, do Português standard.

A comparação entre falantes de PL como L1 e L2 permitiu concluir que há uma relação efectiva entre L1/L2 e a percentagem de concordância não explícita, francamente maior no segundo caso (ver Tabela 6). Este factor não tinha sido considerado em trabalhos anteriores do Projecto, dado que os falantes de PST são bi/multilingues em Português e Crioulo(s), com aquisição basicamente simultânea das duas línguas. O contraste entre falantes com este último perfil, também caracterizador dos informantes de Cabo Verde, e falantes de Português como L1 (com ou sem conhecimento passivo de línguas bantas) ou L2 (com L1 banta e bi/multilingues nessas línguas) é agora tornado possível com a inclusão dos dados de Luanda e mostra claramente que, mesmo nos falantes mais instruídos, é importante a distinção entre os dois grupos: os resultados da Tabela 10 apontam para a conclusão de que os bilingues Português-Crioulo(s) – que têm, portanto, as duas línguas a par, mesmo que uma delas prevaleça ligeiramente sobre a outra – se diferenciam do segundo grupo, no sentido de maior concordância canónica. Esta conclusão aponta para o interesse em aprofundar a pesquisa sobre a concordância sujeito-verbo com base em outros *corpora* que integrem falantes de Português L2 e que permitam orientar a pesquisa para o domínio da influência da tipologia das línguas em contacto.

A mesma Tabela 10 mostra também que, considerando os falantes mais instruídos das três variedades de África que têm o Português como L1, é possível fazer-se uma escala PST > PL > PCV, de mais para menos concordância não canónica, sendo a mesma entre \pm residual e residual nas três variedades. A consideração deste tipo de falantes, que levou à inclusão de dados de PCV, apesar de o *corpus* desta variedade não ser comparável com os restantes, teve como objectivo fazer uma pequena incursão num domínio importante: a assunção da nativização do Português nas ex-colónias de África pelos seus falantes e o aprofundamento de políticas linguísticas adequadas que, segundo especialistas desses países, são necessários. Comparando os resultados globais de concordância não canónica do PL (2,9%) e do PST (7,9%), constantes da Tabela 3, com os obtidos quanto aos falantes de Nível 3 a que se acabou de aludir, verifica-se que os resultados caem para 0,76% e 0,28%, respectivamente, neste nível de instrução (ver Tabela 10), e alinham com os valores do PE continental. Os informantes deste nível estão entre os mais jovens. Estes são indícios de que os factores extralinguísticos ‘nível de instrução’ e ‘idade’ se confirmam como importantes, como já verificado em PB e PST, quanto ao primeiro, e em PB, quanto ao segundo (ver dados de Luanda na Tabela 7 e em comparação com PB e PST na Tabela 9).

Considerando a escala de menor para maior concordância não canónica que decorre da Tabela 3 (PE continental > PL > Funchal > PST > PB Copacabana > PB Nova Iguaçu), algumas outras conclusões podem ser tiradas: os percentuais não residuais de concordância não canónica (nos quais se incluem os do Funchal) terão relação com a existência de contacto linguístico actual ou antigo. Esta via de análise afigura-se importante, e desejável o cruzamento de investigação linguística com pesquisa histórico-sociológica, como sugere em particular o caso de Luanda. Com efeito, e considerando apenas os países de África, constata-se que o PL, inscrito numa sociedade marcada por um actual fortíssimo multilinguismo social, ocupa a segunda posição naquela escala. Põe-se a hipótese de que a co-presença de línguas que, mesmo sendo da mesma família banta, são muito diferenciadas favorece o uso intensivo do Português como língua veicular, ao que se acrescenta um forte *input* do Português Europeu (ver secção 2.1.) e um posicionamento face ao standard do PE como um modelo a atingir (este aspecto é

comum aos falantes de PCV, não considerados naquela escala, por serem todos de nível de instrução superior).

A transmissão linguística irregular, que está associada a multilinguismo sem forte *input* inicial do Português e a baixo nível de instrução, constitui, como refere Lucchesi 2012, uma “herança colonial” ainda hoje presente no Brasil, podendo considerar-se haver diglossia entre o vernáculo e o padrão veiculado pela escola. Esta situação pode ser estendida a S. Tomé (ver Tabela 3) e aos falantes de Luanda de Português L2 e com nível de instrução 1. Mas a polarização sociolinguística, geralmente aplicada ao caso brasileiro – decorrente da distância entre os padrões da gramática dos falantes cultos e os dos falantes com baixa ou nenhuma escolarização –, mostra ter menos impacto em África, não intervindo de forma tão drástica como no PB.

Em suma, os padrões de concordância sujeito-verbo decorrem de factores linguísticos transversais bem delimitados e referidos acima (verificáveis também no PE) e de alguns outros, linguísticos e extralinguísticos, particularizando variedades do Português não europeu continental. Em sociedades complexas, em espaços heteroglóssicos, são esperadas variantes de concordância sustentadas por diferentes gramáticas. Uma delas é a gramática que integra a concordância canónica de 3ª pessoa do plural, a par de outras, com outros padrões de concordância. Mas os dados, na sua globalidade, comprovam que a relação de concordância é basicamente uma constante, em Português, e que é possível definir os seus limites e tipologia; o que varia é a forma como ela é realizada, explicitamente ou não.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Publicações no âmbito do Projecto

- Bazenga, Aline. 2012. Variation in subject-verb agreement in an insular variety of European Portuguese, em Rudolph Muhr (ed.) *Non-Dominant Varieties of Pluricentric Languages: getting the picture*, Österreichisches Deutsch - Sprache der Gegenwart, v. 14. Frankfurt am Main, Peter Lang: 327-348.
- Brandão, Sílvia F. 2011. Concordância nominal em duas variedades do Português: convergências e divergências. *Revista Veredas*, 15(1): 164-178.
- Brandão, Sílvia F. 2013. Patterns of plural agreement within the noun phrase. *Journal of Portuguese Linguistics*, 12(2): 51-100.
- Brandão, Sílvia F. e Sílvia R Vieira. 2012 A concordância nominal e verbal no Português do Brasil e no Português de São Tomé: uma abordagem sociolinguística. *Papia: Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares*, 22(2): 7-41.
- Duarte, M. Eugênia L. e Filomena Varejão. 2013. Null subjects and agreement marks in European and Brazilian Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*, 12(2): 101-123.
- Mota, Maria Antónia, Matilde Miguel e Amália Mendes. 2012. A concordância de P6 em Português falado. Os traços pronominais e os traços de concordância. *PAPIA*: 161-188.
- Mota, Maria Antónia. 2013. Variant patterns of subject-verb agreement in Portuguese: morphological and phonological issues. *Journal of Portuguese Linguistics*, 12(2): 209-234.
- Mota, Maria Antónia e Sílvia R. Vieira. 2008 Contrastando variedades do Português Brasileiro E Europeu: padrões de concordância sujeito-verbo, em Carlos Alexandre Gonçalves, e Maria Lúcia Leitão de Almeida (orgs.) *Língua portuguesa. Identidade, Difusão e Variabilidade*. Rio de Janeiro, UFRJ, Pós-Graduação em Letras Vernáculas: 87-113.
- Vieira, Sílvia R. 2011. O estatuto da regra variável e o fenómeno da concordância verbal em variedades do português. *Documentos para el XVI Congreso Internacional de la ALFAL*, Alcalá de Henares.
- Vieira, Sílvia R. e Aline Bazenga. 2013. Patterns of third person plural verbal agreement. *Journal of Portuguese Linguistics*, v. 12.2: 7-50.

2. Outras

- Alexiadou, Artemis; Liliane M. V. Haegeman, e Melita Stavrou. 2007 *Noun Phrase in the Generative Perspective*, Berlin, Walter de Gruyter.

- Andrade, Ernesto d'. 1993. Algumas particularidades do português falado no Funchal. *Actas do IX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*: 17-29.
- Baxter, Alan N. 1997. Creole-like features in the verb system of an Afro-Brazilian variety of Portuguese, em A. K. Spears e D. Winford (eds.) *The Structure and Status of Pidgins and Creoles*. Amsterdam. John Benjamins: 265-288.
- Castro, Ana e Fernanda Pratas. 2006 Cape-verdian DP-internal agreement: additional arguments for a Distributed Morphology analysis, em J. Costa e M. C. Figueiredo Silva (eds.) *Studies on Agreement*. John Benjamins. Amsterdam/Philadelphia: 11-24.
- Corbett, Greville G. 1998a Agreement in Slavic. Workshop on Comparative Slavic Morphosyntax, Indiana, <http://www.indiana.edu/~slavconf/linguistics/index.html>
- Corbett, Greville G. 1998b. Morphology and agreement. Spencer, Andrew e Arnold Zwicky (eds.) *The Handbook of Morphology*, Oxford, Blackwell: 191-205.
- Corbett, Greville G. 2006. *Agreement*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Cysouw, Michael. 2008 *The Paradigmatic Structure of Person Marking*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Demonte, Violeta, Héctor Fernández-Alcalde e Isabel Pérez-Jiménez. 2011. On the nature of nominal features, em Julia Herschensohn (ed.) *Romance Linguistics 2010: selected papers from the 40th Linguistic Symposium on Romance Languages (LSRL)*, Amsterdam, John Benjamins: 177-190.
- Demonte, Violeta e Isabel Pérez Jiménez s/d Construcciones partitivas y pseudopartitivas en español: concordancia híbrida y variación en la interfície sintaxissemántica. Acessível em http://www.lineas.cchs.csic.es/lycc/sites/lineas.cchs.csic.es/lycc/files/construcciones_partitivas_y_pseudopartitivas_e_n_espanol.pdf (acedido em Outubro 2014).
- Duarte, M. Eugênia L. 1993. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil, em I. Roberts e Mary A. Kato (orgs.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas, Ed. da UNICAMP: 107-128.
- Gumperz, John. 1982. Conversational code-switching, em J. Gumperz, *Discourse Strategies*. Cambridge, CUP: 59-99.
- Hagemeijer, Tjerk. 2009. As línguas de S. Tomé e Príncipe. *Revista de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola*, 1(1):1-27. Acessível em <http://www.catedraportugues.uem.mz/>
- Hagemeijer, Tjerk. s/d. (submetido) S. Tomé e Príncipe: labirinto e laboratório de línguas, em Gerhard Seibert (org.) *Arquipélagos crioulos. Cabo Verde e São Tomé e Príncipe numa perspectiva comparada*. Lisboa, Vega. Acessível em <http://www.catedraportugues.uem.mz/>
- Inverno, Liliana. 2009. A transição de Angola para o português vernáculo: estudo morfossintático do sintagma nominal, em Ana M. Carvalho (ed.) *Português em contato*. Madrid, Frankfurt, Iberoamericana/Editorial Vervuert: 87-106.
- Lopes, Amália Maria de Melo. 2011 *As línguas de Cabo-Verde: uma radiografia sociolinguística*. Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa.
- Lopes, Norma da Silva. 2011. A concordância verbal variável no português dos Tongas. *Papia 21(1)*: 39-50. Acessível em <http://www.catedraportugues.uem.mz/>
- Lucchesi, Dante. 2003. O conceito de transmissão linguística irregular e o processo de formação do português do Brasil, em Cláudia Roncarati e Jussara Abraçado (orgs.) *Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história*, Rio de Janeiro, 7 Letras: 272-284.
- Lucchesi, Dante e Alan Baxter. 2009. A transmissão linguística irregular, em Dante Lucchesi, Alan Baxter e Ilza Ribeiro (orgs.) *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador, EDUFBA: 101-124.
- Mateus, Maria Helena Mira e Ernesto d' Andrade. 2000 *The phonology of Portuguese*, Oxford, OUP.
- Peres, João Andrade e Telmo Mória. 2003. *Áreas críticas da Língua Portuguesa*, 2ª. ed., Lisboa, Caminho.
- Ribeiro, Jorge Martins. 1993. Alguns aspectos do comércio da Madeira com a América do Norte na segunda metade do séc. XVIII. *Actas do III Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura: 389-401.
- Scherre, M. Marta P. e Anthony J. Naro. 1998. Sobre a concordância de número no português falado do Brasil, em Giovanni Ruffino (org.) *Dialettologia, geolinguística, sociolinguística*, Tübingen, Max Niemeyer Verlag, 5: 509-523.
- Spínola, H., A. Brehm, F. Williams, J. Jesus e D. Middleton. 2002. Distribution of HLA alleles in Portugal and Cabo Verde. Relationships with the slave trade route, *Annals of Human Genetics*, 66: 285-296.
- Stump, Gregory. 1998. Inflection, em Andrew Spencer e Arnold Zwicky (eds.) *The Handbook of Morphology*, Oxford, Blackwell: 13-43.